

psi



Conselho Regional
de Psicologia SP

nº 184 • Agosto | Setembro • 2015



A Psicologia por uma sociedade mais democrática e igualitária

Data celebrada em 27 de agosto homenageou a categoria que, nesta edição especial, mostra onde e como faz Psicologia no dia a dia

PROCESSO | ACOLHIMENTO

A psicóloga Ana Maria e o estudante Wallace atuam em duas realidades. Ela na atenção a pessoas com esclerose múltipla e ele, com usuários de crack. **4**

PROCESSO | ACOMPANHAMENTO

Irineu atua com prevenção de perda de memória de idosos. Marcelo promove a religação dos vínculos de pessoas em condições de abandono. **8**

PROCESSO | AVALIAÇÃO

Armando introduziu a avaliação psicológica em um hospital para identificar níveis de estresse. Lúcia analisa casos da justiça de crianças e adolescentes. **11**

PROCESSO | EDUCATIVO

Marcos coordena grupos de pesquisa docente na universidade. A estudante Ester completa sua formação em sintonia com a professora que supervisiona estágios. **14**

CAPA | PSICOLOGIA TODO DIA, EM TODO LUGAR E SEUS PROCESSO DE TRABALHO

Depoimentos em vídeo recebidos pelo CRP SP já somam mais de 300. Relatos estão organizados no site pelos processos da profissão e dão visibilidade às práticas psi. **16**

PROCESSOS | FORMATIVO E FORMATIVO DE PSICÓLOGAS/OS

Mariana e Ana Cristina são professoras. Uma no curso de Psicologia e a outra no de Serviço Social. Pablo fala de suas descobertas no estágio com Reintegração Social. **20**

PROCESSOS | GRUPAIS

Marcella e Ariadine contam sobre os benefícios da terapia grupal para promover o bem estar e a qualidade de vida das pessoas. **22**

PROCESSO | ORGANIZATIVO

A experiência de Dreyf e Eduardo passa por palcos distintos, cujo ponto em comum é colocar a Psicologia na proteção de quem tem direitos negados. **25**

PROCESSOS | ORIENTAÇÃO E ACONSELHAMENTO

Maria Celina atua com alunos em projeto de saúde coletiva de um Centro Universitário. Ricardo com os 250 usuários de um CAPS e seus familiares. **27**

PROCESSO | TERAPÊUTICO

Cássia, Carlos e Wellington atendem estudantess em espaços distintos: consultório, clínica particular e serviço público. Veja o que há de comum em seu trabalho. **30**

Capa (a partir da esquerda): Dreyf Gonçalves, Ana Cristina Nassif Soares, Maria Celina Trevizan Costa, Ariadine Beneton de Campos, Cássia Bighetti, Mariana Garbin, Wellington Passos, Ester Aline da Silva, Ana Maria Canzonieri, Irineu Ferreira de Souza, Marcelo Marques de Oliveira, Lucia Maria Rodrigues de Almeida e Marcella Milano. **Contracapa (a partir da esquerda):** Marcos Roberto Vieira Garcia, Clélia Prestes, Livia Penteado, Carlos Eduardo Mendes, Ana Bock, Eduardo Neves, Priscila Leite Gonçalves, Carlos Eduardo Cunha, Mathilde Neder, Ricardo José Hernandes, Armando Ribeiro das Neves Neto, Ana Rita de Paula, Lilian Suzuki.



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

psi 184

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidenta | Adriana Eiko Matsumoto
Secretário | Guilherme Luz Fenerich
Tesoureira | Gabriela Gramkow

Conselheiros

Alacir Villa Valle Cruces, Aristeu Bertelli da Silva, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Graça Maria de Carvalho Camara, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Ilana Mountian, Janaina Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Jonathas José Salathiel da Silva, José Agnaldo Gomes, Livia Gonsalves Toledo, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sergio Augusto Garcia Junior, Silvio Yasui.

Realização Linha Fina

Jornalista responsável Milton Bellintani (MT b 18.122)
Reportagens Adriana Carvalho, Denise Ramiro, Milton Bellintani
Direção de arte Cláudio Franchini
Fotos da capa Reprodução site CRP SP
Revisão Linha Fina
Impressão Rettec Artes Gráficas
Tiragem 89.300 exemplares

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410-020 São Paulo SP
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br

Site

www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauri | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

Uma profissão que se transformou, acompanhando a transformação da sociedade brasileira

Observada em sua trajetória histórica, a Psicologia – que no dia 27 de agosto completou 53 anos de sua regulamentação – emergiu e conquistou reconhecimento no cenário de um Estado populista e autoritário, comprometido com o desenvolvimento de políticas assistencialistas e tecnocráticas, contexto no qual a profissão representava um saber adequado ao empreendimento das políticas predominantes, de caráter higienista ou adaptador. A partir de 1962, com sua precoce regulamentação legal, a Psicologia se estabeleceu em um país marcado pelo autoritarismo, violência do Estado, precariedade de políticas sociais e ausência de espaços legítimos de participação política, próprios da ditadura militar implantada em 1964.

A profissão passou a responder às demandas por ascensão social das classes médias no Brasil. Como resultado, tivemos a configuração de um modelo de profissional liberal como característica da Psicologia, que encontra espaço reduzido para o trabalho social nesse período.

A Psicologia teve como modelo predominante o trabalho clínico em consultório particular, onde realizava em grande parte atendimentos individuais, ficando privada da possibilidade de atuar de forma mais direta em relação aos problemas da realidade brasileira.

Com maior importância na última década da ditadura militar, os movimentos sociais de luta pela democratização da sociedade e pela conquista de direitos sociais orientados pelo combate à desigualdade impulsionaram a Psicologia por meio de entidades e de profissionais que, atuando ou militando no campo das políticas sociais, viram-se implicados diretamente com movimentos como a Reforma Sanitária, a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o processo Constituinte e os movimentos da classe trabalhadora que, por meio da organização sindical, borbulhavam naquele momento.

Desde a conquista da Constituição de 1988, com as políticas sociais e os mecanismos de participação social, ampliaram-se os espaços de trabalho e de representação da Psicologia. Na medida em que avançaram os sistemas e políticas de garantia de direitos, a Psicologia teve seu espaço de trabalho estendido, assim como ganhou presença nos órgãos e mecanismos de controle de implementação dessas políticas. Mas nossa profissão só pôde ocupar e ganhar legitimidade nesses espaços na medida em que permitiu reinventar-se.

Um movimento protagonizado pelas entidades da Psicologia e pela implicação de profissionais em seu cotidiano com os mais diversos espaços de trabalho, trouxe para o centro do projeto ético-político da profissão a luta pela defesa dos Direitos Humanos e pela implementação de

políticas públicas de garantia de direitos. Um novo compromisso estava posto no horizonte de nossa profissão: o compromisso social com a democracia e a igualdade.

Posto o desafio de produzir novas referências, que no cotidiano respondessem a esse projeto ético-político, a Psicologia pluralizou suas práticas e seus fazeres profissionais. Hoje temos uma profissão plural, com múltiplos espaços de atuação e cujas intervenções extrapolam áreas específicas de atuação, na medida em que reconhecem as necessidades da população atendida em sua integralidade e na relação com o território em que se inscrevem.

É isso que encontramos nesta edição da **Revista Psi**. Ela tem a beleza de registrar práticas profissionais construídas cotidianamente nas mais diferentes regiões do estado de São Paulo, mostrando como todos os dias e em muitos lugares a profissão tem atuado pela construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Evidencia os processos de trabalho colocados em ação e nos coloca diante de uma novidade: as interfaces não apenas entre diferentes áreas de atuação, mas agora também entre processos de trabalho. Vemos composições entre muitos processos de trabalho em uma mesma prática, evidenciando uma profissão que no cotidiano se ocupou efetivamente das necessidades da nossa população e com isso se transformou profundamente.

Que essa trajetória nos permita seguir na luta que teremos pela frente, em defesa da democracia e dos direitos conquistados – projeto que hoje vemos ameaçado. Parabéns, psicólogas/os, por terem feito uma profissão melhor na luta pela construção de uma sociedade melhor!

XIV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo



Foto: CRP-SP


Ênfase na atenção

A psicóloga Ana Maria e o estudante Wallace atuam em realidades diferentes. Ela no tratamento de pessoas com esclerose múltipla e ele, com usuários de crack. Saiba o que há de comum em suas experiências



Foto: reprodução



Veja o vídeo de Ana Maria usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. 

Ana Maria Canzonieri diz que o atendimento psicológico é fundamental no tratamento da esclerose múltipla

A visita de um menino de 3 anos à Associação Brasileira de Esclerose Múltipla (ABEM), em julho, foi motivo de comemoração para a equipe da instituição, localizada em São Paulo. A mãe do garoto chegou à ABEM aos três meses de gestação e com o diagnóstico de esclerose múltipla. Transtorna-

da, ela apresentava alteração visual e cognitiva. A instituição acolheu a gestante, montou um plano de tratamento para o período gestacional e a futura mãe aceitou o desafio. Depois de enfrentar vários surtos da doença durante e após a gravidez, hoje ela cuida sozinha do filho e trabalha com autonomia. “Foi uma vitória de todos

nós, da instituição e da paciente. Desde então, a mãe, hoje com 42 anos, continua fazendo terapia de forma contínua”, diz a psicóloga Ana Maria Canzonieri, supervisora técnica da ABEM. “A Psicologia é fundamental no tratamento para auxiliar o paciente a se compreender, a se perceber como está no contexto social e



Foto: arquivo pessoal



Veja o vídeo do estudante Wallace usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. ▶

Wallace Osti e Silva afirma que é preciso aprender a ouvir quem está em situação de rua

familiar e para mostrar a ele como continuar vivendo, e bem, com os recursos que tem.”

Tratamento complexo

A esclerose múltipla é uma doença desmielinizante do sistema nervoso central, crônica, progressiva e degenerativa. Após o diagnóstico, existem vários tipos de acometimentos, cuja intensidade varia de acordo com a pessoa. A doença apresenta diversos sintomas, como neurite óptica, diplopia, cegueira parcial, problemas motores, cognitivos, perda da fala, da capacidade de andar, alteração de memória, do pensamento e da atenção. O grande desafio para as/os psicólogas/os nesse tipo de tratamento é que a pessoa pode apresentar um ou todos esses sintomas juntos, e eles podem mudar de uma hora para outra.

Outro complicador, segundo a psicóloga, são os usuários que apresentam vivências de depressão anteriores ao diagnóstico da doença. Alguns remédios indicados para

a esclerose múltipla também podem acentuar o sintoma depressivo preexistente. Esses indicadores são fundamentais para a prescrição correta do tratamento. O estresse e a tensão emocional colaboram para a pessoa “se afundar”, segundo Ana Maria. Por ser uma doença autoimune, explica ela, o sistema imunológico trabalha inversamente proporcional ao estado de estresse. “Quanto mais tenso ele estiver, agressivo, revoltado e negar a doença, pior ficará o seu estado. Por isso o atendimento psicólogo é importante na conscientização da doença, tanto para o paciente quanto para seus familiares.”

Segundo ela, a atuação da/do psicóloga/o no tratamento é necessária desde o diagnóstico para o trabalho com a pessoa, seus familiares e demais profissionais da área da saúde ser bem desenvolvido.

Trabalho multidisciplinar

O tratamento da esclerose múltipla requer o envolvimento de equi-

“ A esclerose múltipla é uma doença desmielinizante do sistema nervoso central, crônica, progressiva e degenerativa. A intensidade de acometimentos, varia de acordo com a pessoa”
Ana Maria Canzonieri

pe multidisciplinar. A ABEM conta com neurologista, psiquiatra, psicóloga/o, psiquiatra, assistente social e fisioterapeuta para atender a pessoas de todas as idades. A incidência maior da doença se dá em pessoas de 20 a 40 anos.

O processo de trabalho começa com o acolhimento do paciente, feito por uma/um psicóloga/o e assistente social. A pessoa atendida deve levar o laudo de um neurologista, atestando o diagnóstico da doença. “Sempre pedimos para um familiar acompanhar a pessoa para observarmos como a família ▶



Foto: Filipe Castilhos/Flickr Creative Commons

A rua não é moradia e sim o lugar que dá visibilidade ao abandono de pessoas

está recebendo a notícia”, diz Ana Maria. Nesse momento, a/o psicóloga/o aplica alguns testes psicológicos para mapear características cognitivas e da personalidade da pessoa. Ana Maria explica que essa avaliação inicial é importante porque as pesquisas indicam maior incidência de casos de transtornos mentais em pessoas com esclerose múltipla quando comparado com a população em geral. “Por isso, precisamos mapear desde o início para saber como está o quadro.” Depois dos testes, ele será encaminhado para um neurologista, que indicará as melhores atividades para o seu caso, e à fisioterapia, neurovisão e Psicologia.

Devido à complexidade que envolve a doença, a/o psicóloga/o precisa conhecer e entender a linguagem dos outros profissionais que atuam no tratamento da esclerose múltipla. Segundo Ana Maria, a ABEM desenvolve um trabalho coeso e igualitário de papéis, em que o requisito é todos se ajudarem. “Aqui o trabalho é interativo, todos têm

que se dar bem. Esse é o diferencial do atendimento junto ao paciente.”

Formas de abordagens

São várias as abordagens psicológicas no atendimento. Ana Maria se encarrega dos casos individuais, com pessoas que têm dificuldade de relação consigo próprios e com a família. Outra intervenção, de caráter cultural, é desenvolvida a partir de conteúdos que emergem do trabalho com grupos. O conteúdo levado pelas pessoas é transformado em arte. Segundo Ana Maria, a técnica é uma forma de elas expressarem o alívio e o sofrimento com a doença. Nesse caso, a maioria dos participantes é de jovens na faixa de 30 anos. Dos encontros da terapia cultural nasceram respostas positivas como teatro interativo, apresentações musicais, autoria de letras de música e, ainda, volta ao trabalho e aos estudos de pessoas em tratamento.

Os familiares e cuidadores também são acolhidos com atendimentos semanais por meio do Programa

de Atendimento à Família e ao Cuidador, que conta com uma equipe de quatro psicólogas/os para atendimentos individuais. “Além dos familiares, os cuidadores também têm a oportunidades de falar sobre a sua relação com as pessoas atendidas, suas angústias e demandas. Muitas vezes, o papel de paciente e de cuidador se misturam. Por isso é importante acolher também o profissional que é tão próximo dessa pessoa”, explica Ana Maria.

Família também é impactada

Segundo Ana Maria, o diagnóstico de esclerose múltipla impacta fortemente a estrutura da pessoa: sua vida profissional, familiar e perspectiva de futuro. Dependendo de como ela está física e psiquicamente desde que a doença se manifestou, a família pode ser afetada pelo receio de que não poderá mais andar, de que terá que se aposentar e que seu quadro não melhorará. Esses medos são comuns à pessoa em atendimento.

Portanto, a/o psicóloga/o que atua com esclerose múltipla preci-

“Nosso papel não é julgar a pessoa por ser usuária de crack, mas orientá-la para reduzir os danos causados pela droga”

Wallace Osti e Silva

sa desenvolver um visão ampla da área da saúde e exercitar sua capacidade de observação. Segundo a psicóloga da ABEM, é importante o profissional ter tido experiência anterior na área da saúde e com os saberes do campo da Psicologia da Saúde ou Hospitalar. Além disso, deve ter um olhar humanista nos atendimentos clínicos para acolher os familiares próximos do usuário com muita atenção e cuidado, entendendo o sofrimento familiar mas também, e fundamentalmente, sendo capaz de fazer com que se reflita sobre as próprias possibilidades de auxiliar no tratamento.

Entre as atribuições dessas/es psicólogas/os, está também a de fazer relatórios com registros das terapias e atividades desenvolvidas, que abastecem de informações o prontuário de cada pessoa atendida pela instituição. “O neurologista, o psiquiatra e demais membros da equipe acompanham de perto – e com muita atenção – o trabalho psicológico, que contribui para aumentar o conhecimento sobre a pessoa e levar bem estar a ela.”

Acolhimento nas ruas

O trabalho de acolhimento também faz parte da rotina do estudante de Psicologia Wallace Osti e Silva, educador social do Centro de Apoio e Solidariedade à Vida (CASI), organização não governamental de Piracicaba. Wallace trabalhou durante um ano e meio no projeto Sangue Bom, voltado à prevenção de doenças transmissíveis, como HIV e hepatite, entre pessoas em situação de rua e usuários de crack.

Ele conta que o primeiro desafio ao trabalhar com esse público é o de fazer

a aproximação. Segundo relata, é preciso chegar aos poucos, pedir licença e esperar que a pessoa se manifeste. “O principal é escutar, ouvir o que estão passando na rua”, afirma. Wallace acredita que o vínculo se forma com mais facilidade quando o educador social pertence à comunidade ou tem uma linguagem próxima da fala cotidiana das pessoas que atende.

O conhecimento sobre drogas e seus efeitos também são apontados pelo estudante como instrumentos importantes para fazer o trabalho de educador social. A informação, diz, amplia o olhar, desconstrói o preconceito. “É preciso ter um olhar menos moralista e condenatório”, afirma.

Ações práticas

Durante as visitas que faz nas praças centrais de Piracicaba e nos bairros distantes, Wallace tem a companhia de outro educador social. Enquanto um deles se aproxima e conversa com a pessoa, o outro registra impressões sobre o encontro. “Nosso papel não é julgar a pessoa por ser usuária de crack, mas orientá-la para reduzir os danos causados pela droga”, explica. Uma recomendação é que não compartilhe o cachimbo usado para fumar o crack, “porque ele esquenta, queima e machuca a boca, podendo ser foco de

transmissão de doenças”.

Como o trabalho é orientado pela redução de danos, Wallace diz que não é seu papel convencer os usuários a abandonar a droga ou a aceitar uma internação para tratamento. O educador social já fez encaminhamentos de usuários ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSAD), mas viu muitos voltarem para a rua. Assim como acompanhou casos em que a família resgatou a pessoa e a levou novamente para o convívio familiar ou para um centro de tratamento. “Alguns somem e quando perguntamos por eles ouvimos que foram presos”, conta o estudante.

Wallace conta ter formado algumas convicções no trabalho com pessoas em situação de rua e usuários de drogas. “Elas deveriam ter sido olhadas e acolhidas antes de chegarem à condição em que se encontram.” O estudante de Psicologia diz que aprendeu lições preciosas para a vida atuando como educador social. “Para onde eu for, levarei esse olhar para o outro.”

Em ambos os trabalhos, o acolhimento é condição essencial para o cuidado a ser promovido ao usuário. É preciso escuta e acolhida a seu sofrimento, e às suas necessidades, para com ele traçar novas trajetórias. 🌱



Foto: ABEM/Divulgação

Arte: exercício de pintura no Centro de Convivência da ABEM



Irineu Ferreira de Souza criou um projeto de prevenção de perda de memória que foi adotado pela Prefeitura de Santo André

Aposta na pessoa que existe atrás da questão

Formado com mais de 60 anos, Irineu atua com prevenção de perda de memória de idosos em Santo André. Marcelo, de São Vicente, promove a potencialização de pessoas que vivem em condições de abandono e pobreza. Conheça suas histórias

Duas vezes por semana, o psicólogo Irineu Ferreira de Souza, 73 anos, se reúne com pessoas da terceira idade no CRISA - Centro de Referência ao Idoso de Santo André. Ali ele coordena a Oficina da Memória, projeto que criou com o objetivo de prevenir a perda da memória que pode ocorrer com o avan-

ço da idade. A questão da memorização chama a atenção de Irineu desde quando, trabalhando como carteiro, fez um curso de capacitação sobre o tema no departamento de Recursos Humanos da empresa. Nessa ocasião, a Psicologia ainda não fazia parte dos seus planos.

Desde que se formou na área, há

10 anos, ele se dedica a estudar esse tema. E foi além: fez vários cursos, participou de fóruns e congressos. Há três anos, resolveu colocar o que aprendeu sobre o assunto em prática e apresentou um projeto à Prefeitura de Santo André. Desde então, a Oficina de Memória proposta por ele integra a grade de atividades do CRISA.



Veja o vídeo de Irineu Ferreira de Souza usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. ▶

Foto: Lina Fina

técnicas e a desenvolver hábitos que ajudam a manter e a ampliar a capacidade de memorização. Nesse sentido, usa também exercícios físicos que incentivam o uso dos lados direito e esquerdo do cérebro. Num deles, a pessoa deve colocar a mão direita na perna esquerda. Depois, inverter o movimento.

A boa memória, segundo Irineu, também passa por alimentação adequada. Sendo assim, ele indica ao grupo uma dieta com muita água, maçã, mamão, morango, salmão e sardinha. E adverte para alimentos e hábitos prejudiciais à memória, como o uso de drogas – incluindo drogas legais, como álcool e cigarro, dormir pouco e estresse.

Lazer e cultura

Fazem parte do trabalho realizado passeios em parques, centros culturais e cidades vizinhas. Sempre que possível, conta Irineu, o grupo viaja até Santos, no litoral sul, e lá visita lugares agradáveis como o orquidário, o aquário e a orla da praia. “Vamos para refrescar a cabeça. E o ganho para o grupo é bem grande, por ser um momento de relaxar, de se divertir e se aproximar”, diz.

Irineu se considera realizado com esse trabalho, o primeiro dele em Psicologia. Baiano de origem, foi morar no interior de São Paulo ainda criança. Trabalhou na roça e não teve oportunidade de estudar. “Aos 20 anos, eu ainda não tinha o curso primário”, conta. Adulto, resolveu recuperar o tempo perdido. Terminou o Ensino Médio e começou a trabalhar nos Correios. Quando se aposentou, decidiu cursar Psicologia e se aperfeiçoar em memorização. “A gente não recebe a memória de graça. Temos que aprender alguma coisa nova todos os dias para ela funcionar bem”, diz em tom de aconselhamento.

Interdisciplinaridade

O aprendizado contínuo também faz parte da rotina profissional de Marcelo Marques de Oliveira, psicólogo da Secretaria Municipal da Assistência Social de São Vicente, cidade vizinha a Santos. Marcelo acredita

“A gente não recebe a memória de graça. Temos que aprender alguma coisa nova todos os dias para ela funcionar bem”

Irineu Ferreira de Souza

que para exercer a função de técnico social, seu cargo no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o profissional tem de expandir seus conhecimentos para além da sua formação profissional.

Segundo ele, a interdisciplinaridade é um aliado fundamental na atenção às pessoas frágeis e com vínculos emocionais e sociais esfacelados – exatamente o perfil do grupo que atende no trabalho. “Temos que nos empoderar com os saberes de outras áreas, como o Serviço Social, o Direito e a Antropologia, mas também com as políticas públicas”, diz.

Terapia em grupo

A técnica de trabalho aplicada por Marcelo é a do acolhimento por meio da terapia grupal, conforme normatização operativa do CRAS. No dia a dia, o psicólogo exerce uma atividade de caráter preventivo e que se baseia no conceito da matricialidade sociofamiliar, que entende a centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade das ações e serviços da política de assistência social. “Buscamos enxergar os vínculos positivos que são importantes manter e encontrar as potencialidades de cada um para que organize sua vida a partir daí”, explica Marcelo.

Ele cita como exemplo da importância desse olhar o caso de um homem que participa da terapia em grupo, diagnosticado com esquizofrenia e sem contato com a família. Marcelo conta que ao longo dos encontros os técnicos sociais descobriram nele um talento para a escrita. Hoje, esse usuário é conhecido na ▶

Da matemática à alimentação

Irineu coordena três grupos, compostos por 15 a 20 pessoas, e adota basicamente duas técnicas terapêuticas: uma delas é focada em conhecimentos gerais e utiliza disciplinas como matemática, português, história e geografia em exercícios de memorização. No caso da matemática, por exemplo, um dos exercícios é fazer a pessoa criar um problema a partir de um resultado conhecido. Quando o tema é geografia ou história, Irineu muitas vezes recorre a palavras cruzadas para elaborar perguntas para os participantes, fazendo com que relembrem temas aprendidos na escola. “É uma volta ao grupo escolar”, compara ele.

Convencido de que a memória melhora a saúde e reforça a autoestima das pessoas, ele orienta os participantes a praticar outras



Foto: reprodução



Veja o vídeo de Marcelo Marques de Oliveira usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. ▶

CRAS São Vicente é onde Marcelo de Oliveira realiza terapia grupal

comunidade como “poeta”. A equipe já realizou oficinas de textos em que Poeta apresentou poemas de sua autoria. “A descoberta desse talento reforçou nele os vínculos com a comunidade. Hoje, ele se sente parte de um grupo social”, afirma Marcelo Oliveira.

A equipe de técnicos sociais do CRAS atende os territórios mais carentes de São Vicente. Um deles, a comunidade México 70, está localizada em área de grande vulnerabilidade, com ocorrência de assaltos, mortes e incêndios criminosos. Segundo o psicólogo, o local também não conta com médicos e dentistas, que justificam temer por suas vidas. “Por isso a importância de o CRAS chegar onde estão as pessoas mais necessitadas do município”, diz.

Visitas domiciliares

Entre as atribuições de Marcelo está fazer visitas domiciliares. “Nosso papel é fortalecer e garantir os direitos básicos de sobrevivência das pessoas”, explica. A abordagem se dá inicialmente com os técnicos sociais explicando o trabalho do CRAS, o que o serviço pode fazer e suas limitações, adotando uma postura de proximidade com a pessoa. “É preciso ter a cabeça aberta, livre de

“
Nosso papel é
fortalecer e garantir
os direitos básicos
de sobrevivência
das pessoas”

Marcelo Marques de Oliveira

preconceitos. Chegar com uma postura amigável, transmitir confiança e não julgar, promovendo assim o empoderamento deles e não a dependência”, afirma. As limitações a que se refere decorrem de políticas públicas insuficientes nas áreas de saúde e educação. Segundo ele, para trabalhar com saúde social o profissional deve ter flexibilidade e criatividade para driblar as dificuldades. “Trabalhamos com nossas impotências. Ofertamos saliva (palavra) e papel (encaminhamentos).”

Encaminhamentos e auxílios

Nessa jornada de acolhimento às populações desassistidas, o técnico social também tem a função de promover encaminhamentos

de usuários para centros de capacitação e auxiliar crianças a voltar para a escola, entre outras ações. “Às vezes a criança abandona a escola por causa de preconceitos que sofre ou dificuldade de acesso ao local. Então, fazemos a aproximação entre o aluno, o professor e o diretor do estabelecimento.”

O CRAS, nesse contexto, é o grande articulador da rede multidisciplinar de atendimento à população em situação de vulnerabilidade. O trabalho dos técnicos sociais se divide entre os atendimentos semanais que fazem aos grupos de pessoas em várias comunidades da cidade, as visitas domiciliares e as reuniões semanais com a equipe interdisciplinar para discutir as estratégias e procedimentos a serem adotados no trabalho com usuários.

Para lidar com as questões de ordem afetiva, os técnicos sociais formam grupos de pessoas que se reúnem para falar das suas vidas e de seus problemas, promovendo vínculos entre elas. Segundo Marcelo, esse é um exercício que os próprios profissionais fazem no contato com essas comunidades.

Para ele, trabalhar na assistência social permite compreender o ser humano amplamente. “A questão teórica se torna real. Aprendemos a olhar para as visceras. Olhamos para o belo dentro daquilo que, por ter sido violado, parece feio”, diz Marcelo.


São intervenções em que, ao longo de um período, profissionais da Psicologia acompanham a trajetória de vida das pessoas atendidas, atentos às suas necessidades, desenvolvendo ações para a promoção de sua qualidade de vida e para a garantia de sua cidadania. 🌱

Na saúde e na justiça

Avaliação psicológica em um hospital para identificar pacientes com estresse, foi uma inovação introduzida por Armando. Lúcia utiliza o mesmo processo para analisar casos na Justiça envolvendo crianças e adolescentes. Conheça essas duas aplicações

Foto: arquivo pessoal



Veja o vídeo de Armando Ribeiro das Neves Neto usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. 

Quem procura um médico ou um hospital para fazer a avaliação geral de seu estado de saúde costuma sair com uma receita para check-up que inclui inúmeras análises físicas e laboratoriais. Sentiu falta de alguma coisa? Sim, a investigação sobre a saúde mental quase sempre é deixada de lado. Pensando nisso, o psicólogo Armando Ribeiro das Neves Neto propôs a criação de um Programa de Avaliação de Estresse à Beneficência Portuguesa, em São Paulo, onde trabalha desde 2000. A princípio, a avaliação foi agregada ao serviço de check-up que era oferecido por um dos hospitais da instituição, o São José. Desde 2012, porém, o hospital deixou de realizar check-ups. Mas o programa continuou, de forma independente. Considerado inédito na época de sua criação, em 2010, o objetivo não é apenas o de tratar pessoas diagnosticadas com estresse, mas principalmente identificar os primeiros sinais antes de ele se manifestar.

“O programa seguiu um modelo que eu trouxe dos Estados Unidos e que lá é disseminado em hospitais modelo, como o de Harvard, onde fiz estágio. Ele utiliza conceitos do check-up médico e permite fazer o levantamento de perfis comportamentais que podem sugerir a existência de um nível de estresse antes que os sintomas da doença apareçam”, explica Neto, que coordena o programa. O psicólogo, que possui certificação em Diagnóstico e Gestão do Estresse pela Harvard ▶

Armando Neto conta que a avaliação identifica níveis de estresse antes das doenças

Medical School, cursou MBA em Saúde Ocupacional pela Unifesp.

A iniciativa de Neto mostra que, embora a avaliação seja um processo assimilado na rotina de psicólogas/os das mais diversas áreas, há campos em que é pouco explorado. Para ele, a avaliação de estresse é essencial porque este é um fator desencadeador de outros problemas de saúde, como acidente vascular cerebral, gastrite e síndrome do intestino irritável.

“Devido à falta da cultura de fazer avaliações psicológicas para chegar a um diagnóstico precoce do estresse, os pacientes só chegam ao psicólogo muito tempo depois de iniciar tratamentos medicamentosos ou cirúrgicos indicados por conta desses outros problemas de saúde”, afirma o psicólogo, acrescentando que é comum também que nos atendimentos convencionais médicos prescreverem férias como terapia. Mas, de acordo com Neto, ficar um tempo longe do tra-

balho não é nem uma solução mágica e nem curativa. Antes, ressalta, é necessário fazer uma avaliação detalhada. “O diferencial do nosso Programa de Avaliação de Estresse é que nós fazemos a mensuração da doença para possibilitar uma recomendação mais acertada do que a pessoa deve fazer para gerenciá-la, tornando-se mais resiliente. Afinal, algumas causas de estresse, como a correria da vida em grandes cidades, não podem ser eliminadas com férias”, afirma Neto.

Desafios de um modelo novo

Introduzir a avaliação psicológica para identificação do estresse em um grande hospital não foi tarefa simples, segundo conta. Quando propôs o programa, muitos colegas estranharam o fato de o hospital incluir um psicólogo em função de check-up. Para ele, o papel da/do psicóloga/o como avaliador é subdimensionado. Mesmo na comu-

nidade médica resiste a imagem desse profissional ligada apenas ao atendimento em consultório.

“Essa visão estereotipada e reducionista do papel da Psicologia precisa mudar”, afirma Neto. “Afinal, corpo e mente não são dissociados.” Ele enfatiza que as condições de ambos devem ser avaliadas igualmente se o objetivo é prevenir doenças. O psicólogo exemplifica dizendo que um usuário pode se sair bem na avaliação cardiológica ou apresentar nível adequado de colesterol, mas se seu nível de estresse, ansiedade e depressão não forem investigados ele poderá manifestar em breve sintomas físicos de adoecimento. “Ao incluir a avaliação psicológica no programa de check-up, fizemos outra constatação interessante: muitos pacientes tiveram contato ali, pela primeira vez, com psicólogos. Alguns jamais haviam se consultado antes, porque ainda há um pensamento dominante de que ir



Veja o vídeo de Lucia Maria Rodrigues de Almeida usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto.

Foto: Nicole Coradi/Arquivo Pessoal

Análise psicológica para o Judiciário de Bauru, foi o trabalho de Lucia Rodrigues de Almeida por vinte anos

à/ao psicóloga/o é coisa de quem tem problema mental.”

Para viabilizar o programa, Neto também precisou adaptar o que aprendeu em sua experiência em Harvard à realidade brasileira. Ele criou um protocolo de testes psicológicos de rápida aplicação, que oferece indicadores sobre o nível de estresse da pessoa. A dificuldade nesse ponto foi encontrar testes validados pelo Conselho Federal de Psicologia, já que não era possível simplesmente traduzir ou reproduzir os testes aplicados no exterior.

Avaliação no campo jurídico

Em Bauru, a experiência da psicóloga Lucia Maria Rodrigues de Almeida mostra outro campo importante em que o processo de avaliação é utilizado. Atualmente ela trabalha prestando atendimento psicossocial clínico aos funcionários do Poder Judiciário da cidade e região, mas por mais de duas décadas se dedicou à análise psicológica em processos jurídicos envolvendo crianças e adolescentes.

Depois de uma breve experiência com avaliação de internos para fins de progressão de pena na Penitenciária 2 de Bauru, em 1994, Lucia foi chamada para assumir o cargo de psicóloga no Tribunal de Justiça – para o qual havia prestado concurso. “Foi o primeiro grande concurso de psicólogos para o interior do estado e minha turma foi a que iniciou esse serviço de

avaliação. Foi um grande desafio, pois até então não havia clareza entre os funcionários da área de Direito sobre qual seria o papel de psicólogos em um serviço jurídico”, explica. A visão de seus colegas no Tribunal, assim como acontece em outras áreas da sociedade, era a do estereótipo de psicóloga/o que atende em consultório ouvindo pacientes deitados em um divã.

Aos poucos, Lucia e sua equipe mostraram que seu papel não era o de atuação clínica e sim o de avaliar os casos que chegavam às varas de Família e varas da Infância e Juventude com a finalidade de proporcionar aos juízes subsídios para suas tomadas de decisão. Se a situação envolvia, por exemplo, um adolescente que havia cometido um ato infracional, a avaliação psicológica era fundamental para mostrar ao juiz o histórico familiar e social e as circunstâncias em que isso havia acontecido. “Na avaliação também apontávamos as falhas e omissões que poderiam ter acontecido por parte do Estado no que diz respeito a atender os direitos desse adolescente à saúde, à educação, ao lazer etc. Mostrávamos como tudo isso pode ter influenciado para que o adolescente cometesse o ato infracional”, diz ela.

Junto com o trabalho de avaliação, segundo Lucia, abria-se também espaço para intervenções de orientação para famílias e escolas a respeito do encaminhamento que deveria ser dado às crianças e adolescentes, ou de direcioná-las para tratamento, quando necessário. Em outras situações, segundo a psicóloga, o trabalho assumia o caráter de mediação. Se o caso era sobre pais que disputavam a guarda de um filho, os profissionais faziam a avaliação para auxiliar o juiz em sua decisão, mas também orientavam o casal que se separara a refletir sobre a situação e, muitas vezes, chegar a um acordo tendo em vista o interesse da criança. Dessa forma procurava-se fazer com que as partes se tornassem mais flexíveis com o objetivo de alcançar o melhor acordo para o filho, tendo

“Ao incluir a avaliação psicológica no programa de check-up, fizemos outra constatação interessante: muitos pacientes tiveram contato ali, pela primeira vez, com psicólogos”

Armando Ribeiro das Neves Neto

sempre em mente que o ideal é conseguir que a convivência com ambos os genitores seja harmoniosa. Eventualmente podia ser indicada uma terapia familiar, mesmo se tratando de um casal desfeito.

Crianças e adolescentes em situação de acolhimento, que haviam sofrido violência de toda espécie ou sido encaminhadas para adoção também passavam pela avaliação da equipe da qual Lucia fez parte. “Cada caso podia ser avaliado por muitos atores envolvidos no cuidado com aquela criança ou adolescente. Fazíamos reuniões para discutir cada processo. Além dos psicólogos judiciais, as instituições de acolhimento e responsáveis pelos CAPS, por exemplo, relatavam como estava a situação para que se pudesse chegar a um consenso de encaminhamento”, diz Lucia.

Depois de tantos anos trabalhando com foco no processo de avaliação no Poder Judiciário, Lucia considera que a Psicologia tem muito a contribuir para um olhar mais humanizado da sociedade. A avaliação psicológica cumpre o papel de ajudar a contextualizar as histórias, situando no mundo aquele indivíduo que, antes, representava apenas um número em um processo. “Esse trabalho auxiliava os operadores do Direito a entender as condições de vida e as oportunidades que aquelas crianças e adolescentes haviam tido. Mostrava que elas eram de um mundo diferente daquele onde circulam os advogados e juizes. A Psicologia, dessa forma, ajudava a humanizar as relações envolvendo a Justiça.”

“Na avaliação apontávamos as falhas e omissões que poderiam ter acontecido por parte do Estado no que diz respeito a atender os direitos desse adolescente à saúde, à educação, ao lazer”

Lucia Rodrigues de Almeida

Ensinando a aprender para ensinar

O psicólogo Marcos Garcia coordena grupos de pesquisa docente. A estudante Ester Aline da Silva completa sua formação em sintonia com a professora que coordena os estágios. Aqui, aprender e ensinar são faces de um mesmo processo

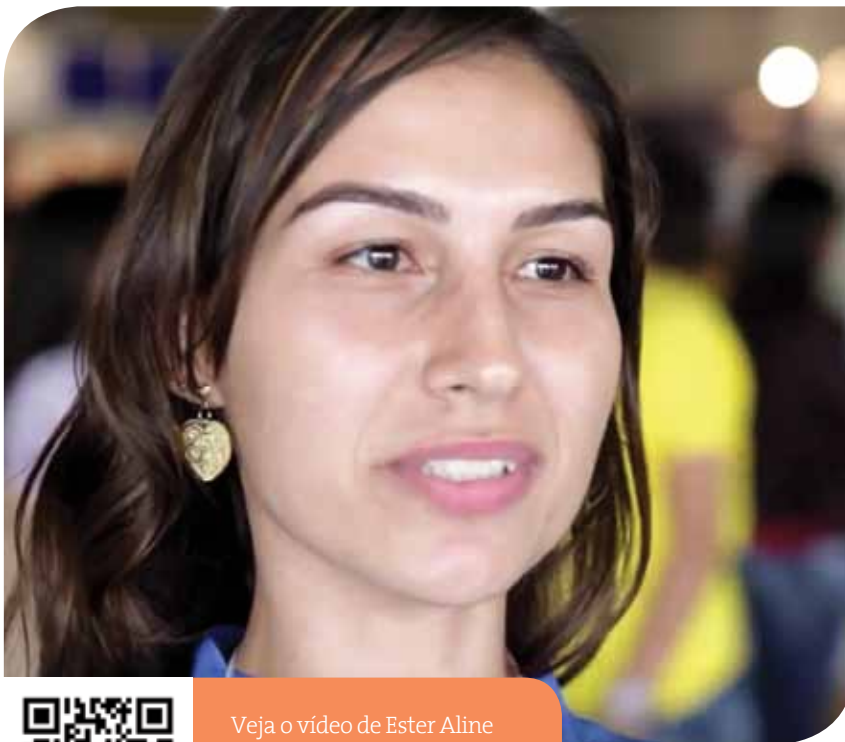
Há dois anos, quando aplicou na prática os conhecimentos que aprendeu em sala de aula e nas orientações de sua supervisora de estágio em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) da cidade paulista de Guarantã, de menos de 7 mil habitantes, Ester Aline da Silva iniciou seu rito de passagem dos bancos da faculdade em Lins para as primeiras práticas da profissão que escolheu.


Ali, desenvolvendo dinâmicas de socialização com crianças de 3 e 4 anos que a escola identificou como tendo dificuldades de relacionamento com os colegas, a estudante que então cursava o 3º ano de Psicologia diz ter tido certeza de sua escolha profissional. Em novembro do ano passado, ao apresentar o resultado desse trabalho feito com a colega Luciene Silva Lira no IV Congresso Brasi-

leiro de Psicologia, ela entendeu que a formação da/do psicóloga/o continua mesmo após o término dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Alimentar essa roda, que gira pela força de múltiplos saberes, de novos conhecimentos é uma das atribuições do psicólogo e professor Marcos Roberto Vieira Garcia. Ele coordena o Grupo de Pesquisa “Saúde Mental e Sociedade” da Universidade Federal de São Carlos em Sorocaba (UFSCAR), o Centro de Referência em Educação na Atenção ao Usuário de Drogas da região de Sorocaba (CRR-UFSCar-Sorocaba) e o Núcleo Sorocaba da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), além de integrar o Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids da Universidade de São Paulo (NEPAIDS/USP), o Grupo de Pesquisa Educação, Comunidade e Movimentos Sociais (GECOMS) e ser professor da pós-graduação do Programa de Mestrado em Educação da UFSCar. Com mais de vinte anos de atuação, desde 2009 atua em processos educativos em que a Psicologia está inserida.

“Fiz a graduação nos anos 1990, quando as discussões sobre direitos humanos ainda eram incipientes”, diz Marcos Garcia. “Nessa época, os cursos de Psicologia eram formatados num sentido mais tradicional. Aprendíamos Psicologia Escolar, Psicologia Clínica, Psicologia Social – e o modelo que se estudava era o da Psicologia Social



Veja o vídeo de Ester Aline usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. 

Estudo com crianças de 3 a 4 anos: o trabalho que Ester Aline mostrou no Congresso

americana. Quando saí da faculdade, atuei com pessoas em situação de rua. Essa realidade me mostrou que os conteúdos clássicos não eram suficientes para dar conta das questões que demandavam a intervenção de um psicólogo. Uso de drogas, desemprego e migração, por exemplo, não são temas clássicos na Psicologia Clínica.”

Olhar crítico

Marcos conta que percebeu que precisava conhecer as visões de outras carreiras das ciências humanas. “Comecei a pensar a Psicologia numa perspectiva interseccional, como uma das disciplinas que poderiam, no diálogo com outros saberes das humanidades, entender o fenômeno para além da questão meramente individual.”

Em sua trajetória, ele buscou ampliar o olhar profissional combinando formações específicas, como em Psicologia Comunitária, com a atuação em programas de DST Aids na área de gênero e sexualidade e, posteriormente, em ambulatório de saúde mental. “Essa interface com outras carreiras da área social permitiu pensar a Psicologia numa perspectiva mais crítica”, afirma.

Em 2000 ele começou a carreira docente em uma universidade particular de São Paulo. Em 2009, mudou-se para Sorocaba para assumir o posto de professor no campus local da Universidade de São Carlos.

Na instituição, segundo relata, ele encontrou o ambiente propício para aprofundar a troca de conhecimentos com outras carreiras e para aprofundar-se nos diversos processos educativos. Como coordenador do grupo de pesquisa ele atua na formação, capacitação, e orientação de professores-pesquisadores; no planejamento educacional e elaboração de projetos educacionais; assim como da avaliação de processos educativos. “A existência de disciplinas optativas e o espaço para discutir os conteúdos dos cursos tornam possível, na universidade pública, construir currículos bem dialogados”, diz Marcos. “O



Veja o vídeo de Marcos Garcia usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. 📺

Pensar a Psicologia de forma crítica: aprendizado que Marcos Garcia compartilha

curso não é pautado por uma visão de mercado, como é comum em universidades particulares.”

Orientação

A estudante Ester Aline, que está no último semestre da graduação, diz ter gostado da experiência de participar de reuniões com psicólogas/os no Congresso da categoria. “Assim como os estágios que fiz contribuíram para eu conhecer diferentes áreas de atuação da Psicologia, as discussões no evento mostraram que os profissionais investem na formação continuada como requisito de desenvolvimento pessoal e na carreira.”

A orientação que recebeu dos professores em todos os estágios que realizou ao longo dos cinco anos da graduação foi, de acordo com ela, essencial para que pudesse explorar ao máximo o potencial de aprendizado prático nos lugares por onde passou.

“Uma das exigências é que eu entregasse um relatório semanal para a minha professora, relatando as atividades que realizei e os problemas encontrados. A partir disso discutíamos o encaminhamento que eu havia dado às questões e comparávamos a prática com a teoria que havíamos estudado.” O trabalho que ela e Elenice apresentaram no Congresso teve como foco a emoção e a expressividade das crianças da EMEI de Guarantã.

O relatório que as estudantes tinham como obrigação entregar ao final do estágio virou um projeto. Projeto que foi tanto para Ester quanto para Elenice a primeira experiência compartilhada com profissionais da Psicologia.

Em ambas as experiências o trabalho da Psicologia com processos de educação mostra sua marca transformadora nos próprios processos de formação da área. 🌱


Psicologia todo dia, em todo lugar, e seus processos

Depoimentos de profissionais sobre seus fazeres na página de vídeos do site do CRP SP já somam mais de 300. Relatos estão organizados de acordo com os processos da profissão e ajudam a dar visibilidade sobre as práticas psi em todas as áreas de atuação



A Psicologia cresceu e deixou de caber na mera classificação por áreas de atuação. Expandiu seu campo de atuação na medida em que buscou responder às necessidades de uma sociedade que precisa avançar no combate à desigualdade e na constituição da democracia. Para entender a sua transformação e potencializar a contribuição da profissão à sociedade foi preciso ampliar a visão sobre as práticas pro-



Veja os vídeos dessa matéria usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou **clique aqui** 

fissionais, reconhecer suas características e, assim, superar a ênfase no campo de atuação. O foco no processo passou a permitir que as diferentes áreas psi possam comparar suas experiências e dialogar sobre os modos de fazer específicos de cada uma, com ganhos de aprendizagem que enriquecem a atuação de todas/os psicólogas/os.

Um dos marcos do IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, realizado em novembro do ano passado, foi definir que as apresentações dos trabalhos deveriam ser feitas por processos de trabalho e não mais a partir das áreas que representavam. No Congresso, ainda, foram gravados os primeiros depoimentos de profissionais relatando onde e como fazem Psicologia todo dia. Uma Psicologia que está hoje comprometida com uma sociedade mais democrática e igualitária. Desde então, um número cada vez maior de psicólogas/psicólogos tem enviado seus depoimentos em vídeo para o CRP SP. Para organizar esses depoimentos, que passaram de 300, o Conselho constituiu um grupo de curadores.

Como forma de demonstrar a força desta ação e reforçar o convite a que a categoria conheça esses relatos, esta edição foi construída a partir do aprofundamento dos depoimentos iniciais de psicólogas/os de todas as regiões do estado de São Paulo. E a publicação inovou ao incluir QR Codes, recurso que permite criar links diretos da revista psi, em papel ou PDF, para os vídeos com os depoimentos das/dos colegas e estudantes para o projeto *Psicologia todo dia, em todo lugar*.

Processos de trabalho

A organização da prática profissional por meio dos processos de trabalho reconhece e dá visibilidade, de maneira mais direta, ao que efetivamente fazem as/os psicólogas/os. Essa organização não



desconsidera as áreas e sim busca ampliar as possibilidades da Psicologia por entender que a divisão por áreas nem sempre mostra as especificidades da atuação. Afinal, uma mesma área congrega muitas possibilidades de intervenção. Processo de avaliação, por exemplo, são comuns às áreas educacional, clínica e do trabalho. “Decidiu-se falar em processos exatamente porque as áreas vão perdendo, de certa forma, sua especificidade, o que torna mais difícil evidenciar a prática profissional”, afirma a psicóloga Maria da Graça Marchina Gonçalves, professora da PUC-SP e uma das organizadoras do Congresso de Psicologia. “As áreas, muitas vezes, falam de clientelas, de temas, de locais de atuação e pouco do que se faz. Assim, a utilização da taxonomia de processos procura dar esse destaque e reconhecer práticas semelhantes e

com objetivos próximos que acontecem em diferentes áreas.”

Por causa disso, as diferenças entre áreas passam a ser menos determinantes da atuação, mesmo reconhecendo-se particularidades em cada uma delas – quanto às pessoas atendidas, locais de atuação e temáticas –, que devem ser consideradas.

Graça diz que a formação deve garantir um conhecimento, ainda que introdutório, das possibilidades de atuação e possibilitar experiências diversas ao longo do curso. “A graduação é o período de abertura, de experimentação, e um bom curso deve garantir isso. Isso se dá pela diversidade na oferta (de atividades, disciplinas, estágios) e nas oportunidades de fazer escolhas que o curso deve criar para os estudantes (com atividades, disciplinas e estágios eletivos, optativos). Ao mesmo tempo, entretanto, o curso deve ser dinâmico ▶



co, com espaços de renovação constante, mantendo uma articulação e um diálogo crítico com os campos de trabalho. Deve ter dispositivos que garantam sua renovação constante, com base na produção de conhecimento e na articulação crítica com os campos de intervenção.”

Segundo Graça, fazendo uma breve análise histórica das classificações utilizadas para descrever as práticas profissionais da Psicologia, pode-se dizer que são as demandas da sociedade para a Psicologia que obrigam a uma revisão de sua organização, de seus conhecimentos e práticas. “Um exemplo é o campo das políticas públicas, que se impõe na medida em que temos um avanço na implementação de políticas sociais nos últimos anos, e que começa por contribuir no fortalecimento de uma noção sobre o lugar da Psicologia, a de que sua intervenção se dá em relação ao sofrimento psíquico, mas não só. A Psicologia tem recursos teóricos e práticos para fazer um trabalho que pode ser de promoção de saúde, de prevenção ou curativo. Isso

amplia o foco, que passa a ser a saúde, em sentido amplo, e não apenas o sofrimento psíquico.”

Da mesma forma e na mesma direção, a inserção nas políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, cultura, e outras, exige que se supere a forma como anteriormente se organizava a prática em Psicologia – por áreas. “Quais áreas da Psicologia estão no SUS? A clínica? A hospitalar? Sim, mas também a organizacional, educacional, comunitária... Falar em processos ajuda a perceber diferentes práticas que estão nesses campos e que aí estão em resposta a demandas da sociedade. As demandas se renovam e a prática profissional, apoiada na pesquisa e no debate crítico, deve responder adequadamente às demandas.”

Conhecer o contexto

O psicólogo Rafael Dutra afirma que a Psicologia permite que os mesmos processos de intervenção sejam utilizados em áreas diferentes. No entanto, embora seja essencial conhecer o processo, saber apli-

cá-lo em um determinado campo de atuação não garante o êxito em outro, uma vez que cada campo de atuação possui especificidades que precisam ser conhecidas e apropriadas pelo profissional. “A questão não é apenas fazer adaptações. Muitas vezes são utilizados instrumentos e estratégias diferentes, pois cada área possui características próprias. São campos de atuação e pesquisa, por vezes, independentes. Por exemplo, um psicólogo que trabalhe com o processo de avaliação no contexto organizacional não conseguirá trabalhar com avaliação no contexto do esporte sem conhecer a realidade do contexto esportivo, os instrumentos e a linguagem próprios desse campo.”

Rafael destaca que a Psicologia está em movimento, em constante construção, e que esses processos contribuem para o a qualificação da profissão na sociedade e na vida das pessoas. “No entanto, os processos vão se consolidando conforme a Psicologia avança. Um exemplo é a atuação na Assistência Social. Com a inserção da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), novas formatações de antigos processos e novos processos e ferramentas precisaram ser desenvolvidos para dar conta da demanda apresentada”, diz.

Para ele, a Psicologia tem uma potência muito grande enquanto área de pesquisa e de atuação, e esses processos serão sempre reconstruídos e reinventados. “A práxis é indispensável para que a Psicologia avance enquanto ciência e profissão e, com isso, contribua cada vez mais para o desenvolvimento da sociedade.”

A contribuição das políticas públicas

A psicóloga Juliana Peixoto Pizano, que também integra a curadoria do Psicologia todo dia, em todo lugar, avalia que a profissão tem conquistado espaço e reconhecimento por se aproximar das diversas instâncias e lugares em que a

“ A profissão, a ciência, a Psicologia não são neutras: é preciso explicitar posições, definir projetos e trabalhar por eles. Hoje é fundamental que a Psicologia contribua para o desenvolvimento de políticas que garantam direitos. Esse projeto permite manter a articulação, de forma crítica, com as demandas”

Rafael Dutra

vida e o sofrimento psíquico acontecem. Ela afirma que as políticas públicas tem contribuído para esse avanço da profissão. “Os próprios processos estão em permanente transformação. A Psicologia vem sendo solicitada a contribuir, fornecer subsídios e ajudar a construir modos de enfrentamento a muitas situações que são propiciadoras de sofrimento psíquico e que tem intrínseca relação com o modo de vida no sistema capitalista de produção. Para além do envolvimento da Psicologia e do seu compromisso político é necessário fazer a articulação com outras ciências e o envolvimento político em outras instâncias”, diz Juliana.

Rafael Dutra acredita que embora a profissão tenha avançado muito nas últimas décadas, ainda está aquém da demanda da realidade brasileira. “Historicamente, a Psicologia debruçou seus esforços, tanto na produção de conhecimento quanto nos campos de atuação, em demandas de uma minoria da sociedade brasileira. O que não significa que são demandas inválidas, mas com isso a Psicologia deixou de contribuir como poderia.”

Segundo ele, o movimento em relação às políticas públicas vem crescendo, tanto dentro do Sistema Conselhos quanto nas universidades. “Essa é uma luta histórica na Psicologia. Muitas conquistas já aconteceram, mas o caminho a ser percorrido é longo. A Psicologia ainda precisa de mais inserções, produção de conhecimentos e de ferramen-

tas para atender as demandas de sofrimento psíquico em outras camadas da população brasileira.”

Graça Marchina diz que à medida que novos campos vão se abrindo, com a criação e implementação de políticas, a Psicologia é desafiada a dar respostas. E que isso impõe a revisão de práticas mais tradicionais, além da necessidade de pesquisa para responder às novas questões. “O importante é que a área esteja em sintonia com essas demandas e mantenha um debate

contínuo sobre os rumos da profissão. Sabemos que isso, a definição de rumos ou projetos, ocorre em disputa de posições. A profissão, a ciência, a Psicologia não são neutras: é preciso explicitar posições, definir projetos e trabalhar por eles. Hoje é fundamental que a Psicologia contribua para o desenvolvimento de políticas que garantam direitos. Esse projeto, que deve ser sempre debatido, permite manter a articulação, de forma crítica, com as demandas.”

Todos os processos de trabalho da Psicologia

Os processos abarcam a diversidade da prática profissional. Assim, refletem as transformações por que passa a Psicologia.

Atualmente são 15, considerados representativos da Psicologia que se faz todos os dias e em todos os lugares.

- 1) Acolhimento (de indivíduos ou grupos).
- 2) Acompanhamento (acompanhamento terapêutico, outras formas de acompanhamento).
- 3) Avaliação (avaliação psicológica de indivíduos; avaliação para diagnósticos institucionais e sociais; avaliação educacional; avaliação de aprendizagem; avaliação de competências).
- 4) Comunicação (trabalho relacionado com veículos de comunicação ou ênfase em processo de comunicação envolvendo indivíduos, grupos ou instituições).
- 5) Culturais (trabalho realizado com as diversas formas de produção cultural, incluídas as formas de expressão artística).
- 6) Educativos (formação/capacitação/orientação de professores; planejamento educacional; elaboração de projetos educacionais; avaliação de processos

educativos; orientação profissional/vocacional; planejamento e acompanhamento de medidas socioeducativas).

- 7) Formativos (formação de profissionais de diferentes áreas; capacitação de trabalhadores de campos diversos).
- 8) Formativos de psicólogas/os (formação profissional em nível de graduação, pós-graduação stricto sensu e especialização).
- 9) Grupais (desenvolvimento de grupos em situações diversas; condução de dinâmicas de grupo; avaliação de processos grupais).
- 10) Mobilização Social (organização de grupos para atividades de participação social; desenvolvimento comunitário).
- 11) Organizativos (atuação em organizações ou trabalho, cujas ênfases sejam as diversas formas de processos organizativos).
- 12) Orientação e Aconselhamento (de indivíduos ou grupos).
- 13) Planejamento e Gestão Pública (identificação e avaliação de demandas; elaboração e avaliação de planos de ação).
- 14) Investigativos.
- 15) Terapêuticos (práticas terapêuticas envolvendo indivíduos ou grupos).



O desafio (e o prazer) de ensinar

Ensinar Psicologia: para estudantes que escolheram a área, como Pablo Oliveira Franco, e também para os de outras carreiras, como Serviço Social. Conheça um pouco da história e do trabalho das professoras Mariana Garbin e Ana Cristina Nassif Soares

Quando era estudante de Psicologia na PUC de Campinas, Mariana Garbin escolheu o caminho que pretendia trilhar na profissão. Depois de se graduar, em 2000, ela fez o mestrado com o objetivo de dedicar-se à carreira acadêmica. “A graduação foi muito especial. Eu fui me tornando profissional ali, com cada professor, observando tanto os exemplos quanto os antiexemplos de pessoa e de docente que eu queria ser”, conta Mariana, cujo tema de mestrado foi o estilo de ensinar e de aprender de professores e estudantes no ensino superior.

Hoje ela dá aulas de Psicologia Escolar, Psicologia Grupal e Psicologia Jurídica na graduação do Centro Universitário São Camilo, em São Paulo. É também uma das responsáveis por supervisionar os estagiários que atuam na área social. Mariana diz que as disciplinas que leciona são um retrato das áreas em que atua na profissão. Além da docência, Mariana atende em clínica própria e se dedica à Psicologia Jurídica, realizando avaliações de instrução de processos judiciais. Sua agenda inclui, ainda, um ou dois eventos profissionais mensais.

A rotina atribulada é o preço que ela diz pagar para sentir-se realizada. “Principalmente quando vejo meus alunos extrapolando o saber teórico, entendendo que o poder de transformação da Psicologia



Veja o vídeo de Mariana Garbin usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. ▶

Mariana Garbin fala sobre fronteiras entre o ensino e exercício da Psicologia

passa por eles”, diz.

Antes de se fixar na capital, Mariana deu aulas na Fundação Educacional de Fernandópolis e na Fundação Educacional de Araçatuba. Ela também acompanhou o desenvolvimento de programas de estágio nas Secretarias de Ensino de cidades nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, além de centros de acolhimentos de idosos e de crianças.

Depois dessa experiência, mudou-se para Londres “para aperfeiçoar o conhecimento de inglês”. O que era para ser uma experiência de sete meses durou quatro anos. Até con-

seguir credenciamentos para atuar como psicóloga, ela trabalhou como garçonete. “Já na área, fui contratada pelo sistema público de saúde (NHS National Health Service) para atuar no desenvolvimento de um projeto de promoção de saúde de uma comunidade no sul da cidade, concomitante à atuação em clínica particular”, explica. A temporada londrina rendeu a ela um título da British Psychological Society por sua contribuição teórica e prática, o de Chartered Psychologist, e a certificação em Psicodrama pela London Centre of Psychodrama.

Mariana conta que não seguiu carreira no país por causa de um obstáculo intransponível para ela: o frio. No final de 2011, retornou ao Brasil e retomou a atividade docente. “Na volta, fiz especialização em Terapia de Casal no Instituto J. L. Moreno. Atualmente estou completando minha formação como professora e supervisora de Psicodrama na Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama de São Paulo.”

Em sua trajetória como professora, Mariana diz ter aprendido a identificar as fronteiras entre o ensino e o exercício da Psicologia. “Há alunos que entendem uma observação em classe como tendo caráter pessoal. E ao questionarem, muitos demandam mais do papel de psicólogo do que de professor. A formação continuada para a sala de aula é fundamental em situações assim, para que se entenda qual é a intervenção apropriada a fazer”, afirma.

Educar além da Psicologia

O ensino de Psicologia se estende a outras formações. Uma coisa é ensinar a estudantes que estão se preparando para atuar na profissão. Outra é dar aulas sobre os mesmos assuntos para quem seguirá uma carreira diferente. É essa a função da docente Ana Cristina Nassif Soares, que há 20 anos ensina estudantes da graduação e da pós-graduação em Serviço Social na Unesp de Franca. Formada em Psicologia há 30 anos pela USP de Ribeirão Preto, ela abraçou a docência após uma curta experiência atendendo em um hospital psiquiátrico em sua cidade. Fez o mestrado na Universidade de São Carlos, na área de Fundamentos da Educação, e a partir de então iniciou a carreira como professora. No início, deu aulas e coordenou o curso de Psicologia da



Veja o vídeo de Ana Cristina Nassif Soares usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto.

Ana Cristina Soares leva conhecimentos da Psicologia a estudantes de Serviço Social

Unifran – Universidade de Franca. Em 1995, prestou concurso para a Unesp e, antes de assumir as aulas em Serviço Social, chegou a ministrar a disciplina de Psicologia nos cursos de História e Direito.

“Lecionar para alunos de Serviço Social é muito interessante, porque eles têm uma visão crítica da realidade”, afirma. Nas aulas, Ana Cristina busca oferecer reflexões sobre o trabalho em parceria que essa área deve fazer com outros profissionais, como psicólogas/os. “Quando trato de assuntos como transtornos psíquicos, por exemplo, procuro destacar a existência do sofrimento da pessoa e como eles podem trabalhar com os psicólogos no atendimento a ela”, diz. Ana Cristina orienta seus alunos sobre como fazer os encaminhamentos. “Acolher o que as pessoas têm para falar não é tarefa somente da Psicologia.”

Com relação aos desafios de ser professora universitária, Ana Cristina afirma que o maior deles é que a educação ainda não é valorizada como se deveria em nosso país. “Isso não afeta apenas os professores, mas também os alu-

nos. Muitos jovens se esforçam para entrar na universidade, mas não conseguem concluir o curso por falta de condições financeiras ou por terem de passar a trabalhar em tempo integral.”

Contexto social

Pablo Oliveira Franco, estudante do oitavo semestre de Psicologia na Universidade Metodista de Piracicaba, concluiu recentemente um estágio de dois anos na Coordenadoria Regional de Reintegração Social, em conjunto com a Secretaria de Administração Penitenciária. Seu trabalho era fazer entrevistas com quem cumpria pena em regime aberto e precisava ser direcionado para atividades de trabalho comunitário. “Foi uma experiência multidisciplinar, porque também aprendi como funcionam os trâmites judiciais e sobre leis”, explica Pablo.

O objetivo das entrevistas era fazer uma anamnese para recolher dados da história das pessoas.

A partir das informações analisadas, a pessoa atendida era encaminhada ao tipo de trabalho comunitário considerado mais adequado às suas necessidades e à sua trajetória. “Esse estágio foi muito importante, porque entre outras coisas percebi que nós, psicólogos, conseguimos obter mais informações que outros profissionais no contato com essas pessoas”, diz ele.



Veja o vídeo de Pablo Oliveira Franco usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou [clique aqui](#).



Escola de Cegos de Itu: atenção psicológica constrói redes sociais solidárias de promoção de vida

Sentido coletivo gera ganhos individuais

Psicólogas que atuam na área social e de saúde mostram os benefícios da terapia grupal para promover o bem estar e a qualidade de vida das pessoas atendidas

A psicóloga Marcella Milano, da Associação Ituana de Assistência aos Deficientes Visuais, conhecida também como Escola de Cegos Santa Luzia, atende semanalmente grupos de deficientes visuais em busca dos serviços oferecidos pela instituição, que atua há 30 anos na cidade de Itu, no interior de São Paulo. Uma das técnicas utilizadas é a da terapia em grupo. “A terapia grupal valoriza a história de vida de cada um e reforça a autoestima deles”, diz Marcella.

Ela cita o caso de superação de um dos integrantes do grupo. Trata-se de um adolescente que chegou à instituição com o diagnóstico de cegueira parcial, adquirida ao nascer. O diagnóstico correto teria sido baixa visão. A condição dele permite, por exemplo, que ande sozinho pela rua, mas sua acuidade visual não é suficiente para que leia o letreiro com o destino do ônibus. Como agravante, ele vive em um ambiente familiar em conflito.

Segundo Marcella, o acolhimento que ele recebeu na Escola de Cegos e as terapias em grupo o ajudaram a descobrir que tinha talento para esportes. Hoje, ele é nadador e o principal atleta da instituição. Estuda e treina todos os dias, além de participar de campeonatos estaduais. A psicóloga conta que as competições o levaram a conhecer cidades como Recife, Salvador, a viajar de avião, hospedar-se em hotéis e comer em restaurantes. “Provavelmente ele não teria aces-

so a nada disso se não tivesse encontrado um caminho para sua vida”, diz a psicóloga.

Terapia comunitária

Em seus atendimentos grupais, Marcella utiliza a terapia comunitária integrativa desenvolvida pelo psiquiatra Adalberto Barreto. Essa técnica se baseia em construir redes sociais solidárias de promoção da vida e mobilizar os recursos e as competências dos indivíduos, das famílias e das comunidades, valorizando a experiência e a história de cada um. “É uma técnica em que o próprio grupo traz o tema e busca a solução”, explica a psicóloga. Às vezes, conta ela, o problema é enorme para eles e a solução, bem simples. Foi o caso de uma mulher que perdeu a visão com o passar dos anos e que estava muito angustiada porque já não conseguia mais escolher feijão. “Uma das participantes do grupo disse para ela colocar o feijão de molho na água e jogar fora os grãos ruins, que ficam boiando”, conta Marcella.

A Escola de Cegos atende cerca de 120 alunos de todas as idades e tipos de cegueira e baixa visão, com uma equipe multidisciplinar que conta com professor de educação física, terapeuta ocupacional, psicóloga/o, assistente social e pedagogo. Segundo Marcella, as formas de atendimento variam de acordo com a faixa etária. No caso das crianças com até 5 anos, o trabalho é voltado para a estimulação sensorial com o apoio da pedagoga. Já para as crianças em idade escolar, o foco é o de inserção no âmbito escolar. “Estipulamos o que ela preserva de visão para determinarmos o que fazer para ajudá-la”, diz Marcella. Nesse sentido, a instituição avalia quais os recursos que a criança tem e fornece material, como textos em braille, para as escolas públicas ou privadas que receberão essa criança.

Já os jovens e adultos estão inseridos em várias atividades. Além das terapias em grupo, que acon-

tecem semanalmente, Marcella acompanha os alunos na prática de esportes. Ela conta que alguns deles participam de competições de modalidades como natação, atletismo (arremesso de dardo, peso, disco, corrida) e goalball – o futebol praticado por pessoas cegas. Segundo Marcella, o importante de todas essas atividades é o sentimento de pertencimento, acolhimento e valorização da história de vida pessoal. “É uma história bonita de superação. Eles precisam de alguém que enalteça isso”, afirma Marcella.

Mais perto da realidade

Psicóloga na Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro do Butantã, em São Paulo, Ariadine Beneton de Campos entende que o atendimento em grupo oferece a possibilidade de uma terapia mais próxima da

“ Fico feliz quando alguém chega e diz, por exemplo, que está fazendo hidroginástica. Isso cria novos vínculos e possibilidades de relações”

Ariadine Beneton de Campos

realidade das pessoas. “Na terapia individual se cria uma situação de laboratório. No grupo, a pessoa tem que se esforçar para ser entendida e os pontos fracos aparecem mais”, explica. Ela conta que é comum sentimentos com acredita que a terapia em grupo é apenas um caminho para a pessoa encontrar um equilíbrio maior para lidar com as

Marcella Milano realiza terapia com grupos de pessoas com deficiência visual em Itu



Veja o vídeo de Marcella Milano usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. 

questões do dia a dia. Sendo assim, incentiva os usuários que atende a buscar outras atividades fora da UBS. “Fico feliz quando alguém chega e diz, por exemplo, que está fazendo hidroginástica. Isso cria novos vínculos e possibilidades de relações”, conta. Ela coordena dois atendimentos grupais, um para idosos e outro para responsáveis por crianças e adolescentes.

Além de coordenar essas terapias em grupo, Ariadine faz atendimentos a crianças e adolescentes e seus familiares, que são encaminhados pelas escolas da região. A questão mais comum, segundo ela, são as dificuldades no aprendizado, na leitura e escrita. Assim que tem uma visão mais clara sobre a situação, a psicóloga vai à escola da criança para sugerir a possibilidade de outro olhar para o aluno, como tentativa de criar condições para que sua interação social seja facilitada e o desempenho escolar, melhorado.

Resistência da escola

De acordo com Ariadine, as escolas ouvem suas sugestões, mas em geral não as acatam, o que dificulta seu trabalho. “Num ambiente hierarquizado como é o ensino, há pouco espaço para mudanças de posturas. O que se vê é uma preocupação maior com o cumprimento do plano de aula do dia”, afirma. “O adulto não costuma ter essa escuta para o novo.”

Ela conta o caso de um menino encaminhado pela escola com diagnóstico de problemas de comportamento. No atendimento individual com ele, Ariadine considerou o garoto bem articulado, inteligente e rápido nas respostas. “Ele continua muito bem aqui, conosco, mas não cabe em uma escola com estrutura tradicional e regras rígidas”, diz a psicóloga. Segundo conta, a escola exigia uma intervenção pontual por não abarcar a grandeza que a criança está levando para dentro da instituição. “As crianças de hoje se situam muito bem nos contextos, são críticas do espaço em que estão.”

De acordo com Ariadine, esse modelo de escola emancipatória



Veja o vídeo de Ariadine Campos usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. 


Ariadine Beneton de Campos atua na UBS do bairro do Butantã, em São Paulo

deveria passar o bastão para a criança, dar a ela o protagonismo. Mas a dificuldade, afirma, é fazer com que o adulto pare e faça uma escuta criativa. Segundo ela, isso não acontece porque muitos professores acham que perderiam o controle da classe. “Levo muito essa questão aos professores, incentivando-os a reconquistar a autonomia na sala de aula.” Ela conta que certa vez, viu uma professora tirar de forma autoritária o livro das mãos de uma criança, porque estava na hora de montar um quebra-cabeças.

Inclusão cidadã

Outra atividade que Ariadine exerce e, defende, faz parte do papel da/do psicóloga/o é despertar as pessoas para a cidadania. Em seu trabalho na UBS, ela chama os usuários para usarem os dispositivos de democracia participativa à disposição deles. Convida a conhecerem o Conselho Gestor da UBS, incentiva os pais a se integrarem ao conselho da escola, às ativida-

des escolares, a participar de audiências públicas e dos conselhos distritais, instrumentos que, segundo Ariadine, só a democracia tem e que são capazes de melhorar a vida delas. “Não meço esforços para mostrar e levar pela mão as oportunidades da política pública que estão à disposição do cidadão.”

A mesma dificuldade ela diz encontrar na UBS. Ariadine procura promover a interdisciplinaridade do atendimento na unidade, que é o princípio básico das UBSs, mas encontra pouco retorno. “Bato na porta dos colegas da casa, mostro porque fiz um plano de ação para um determinado paciente, mas não vejo receptividade”, diz. “Precisamos prestar mais atenção à questão da qualidade do atendimento ao usuário, discutir mais as diretrizes, os princípios, a integralidade, a humanização do SUS. E isso é uma questão de controle social, que deve ser exercido por todos, funcionários, usuários e gestores. De preferência, de forma horizontal.” 

Na rua ou nas Varas da Justiça, tratando gente como gente

A **experiência** de Dreyf Gonçalves e Eduardo Campos de Almeida Neves passa por cenários distintos, cujo ponto em comum é colocar a Psicologia na proteção de quem tem seus direitos fundamentais desrespeitados e sofre risco de danos psicológicos

O psicólogo paulistano Dreyf de Assis Gonçalves trocou a capital pelo extremo oeste do estado em 2009, quando mudou-se para a cidade de Araçatuba, a 525 km de São Paulo, para trabalhar no serviço de atenção à população de rua. Este ano, Dreyf assumiu a coordenação do curso de Psicologia da Unip nesta cidade do interior paulista.

Quando se graduou, em 1997, conta que tinha sérias dúvidas se conseguiria sobreviver da profissão fazendo apenas atendimentos em consultório. “Percebi que conhecia pouco sobre as questões da profissão. Então, tomei duas decisões: iniciei o mestrado com vistas a atuar na academia e me aproximei do Sistema Conselhos, onde o debate sobre os caminhos da Psicologia e o compromisso da profissão com o interesse público não soavam estranhos ou ameaçadores e sim mobilizadores”, conta. “Faço parte de uma geração em que a ideia de compromisso foi posta em prática.”

Nessa época, Dreyf diz lembrar de discussões que travou com colegas que entendiam que ele não estava na área por haver optado em atuar no serviço público de saúde no Centro de Referência e Treinamento em DST/AIDS de São Paulo, em vez de atender em consultório próprio. “Sempre respondi que estava na Psicologia, sim, por considerar que a dimensão social do trabalho do psicólogo é inseparável da atuação profissional. Isso é mais evidente na saúde pública, mas também se liga ao trabalho em espaços privados – seja na universidade, em clínicas particulares ou no consultório, o compromisso com as pessoas atendidas deve ser o mesmo.”

Para ele, o reconhecimento de que a Psicologia se insere em vários proces-

sos de atuação é também uma necessidade de sobrevivência institucional. “Reduzir a profissão a um único campo, a uma teoria, significa não entender a sua inserção social.”

Sujeitos de direitos

Ainda em São Paulo, Dreyf atuou com a Rede Rua na mobilização de pessoas em situação de rua. A ONG, localizada no bairro do Brás, promove a inclusão social por meio da comunicação e da “busca de cidadania”, possibilitando a organização dessa população na cidade.

A experiência adquirida no tra-

balho social na capital deu a Dreyf a segurança necessária para levar atenção psicológica às pessoas em situação de rua de Araçatuba. Ele conta que não são diferentes das que vivem em São Paulo, assim como lá não falta quem considere exagerado cuidar de quem está na rua. “A Psicologia se fortaleceu institucionalmente para fazer o enfrentamento com que não compreende que mesmo aqueles que historicamente sempre foram desprovidos da cidadania são sujeitos de direitos e que ouvir essa população, conhecer suas necessidades e entender como legítimas as suas deman-



Veja o vídeo de Dreyf Gonçalves usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. ▶

Dreyf de Assis Gonçalves: atendimento a pessoas em situação de rua, em Araçatuba

das não é concessão e sim a realização de nosso papel institucional.”

Atuação no Judiciário

O psicólogo Eduardo Campos de Almeida Neves atua desde 2010 no Tribunal de Justiça de São Paulo, nas Vara de Família e Vara da Infância e Juventude na cidade de Presidente Prudente, depois de vinte anos clínicando. Ele explica que as/os psicólogas/os judiciais/os não atuam na área criminal – a não ser em casos referentes à Lei Maria da Penha, para proteção das vítimas. Na Vara de Família ele realiza avaliações psicológicas, sobretudo em processos de guarda e regulamentação de visitas.

“Na prática da Psicologia neste contexto de trabalho buscamos avaliar casos de crianças e adolescentes com denúncias de violações de direitos a partir de situações de negligência e/ou violência física, sexual ou psicológica, que são encaminhados ao Juízo pelo Conselho Tutelar, Ministério Público ou por órgãos da rede de atendimento (saúde, educação, segurança pública etc)”, explica Eduardo. “Na Vara da Infância é aberto um proces-

so no qual o juiz determina que seja realizado estudo psicológico do caso em questão, com a finalidade de elaborar um relatório/laudo – não com o objetivo de dar a sentença, mas sim fornecer subsídios para a decisão judicial pelo entendimento da situação do ponto de vista psicológico e sugestões de encaminhamentos.”

Em seu trabalho, ele mobiliza todos os nós dessa rede de proteção.

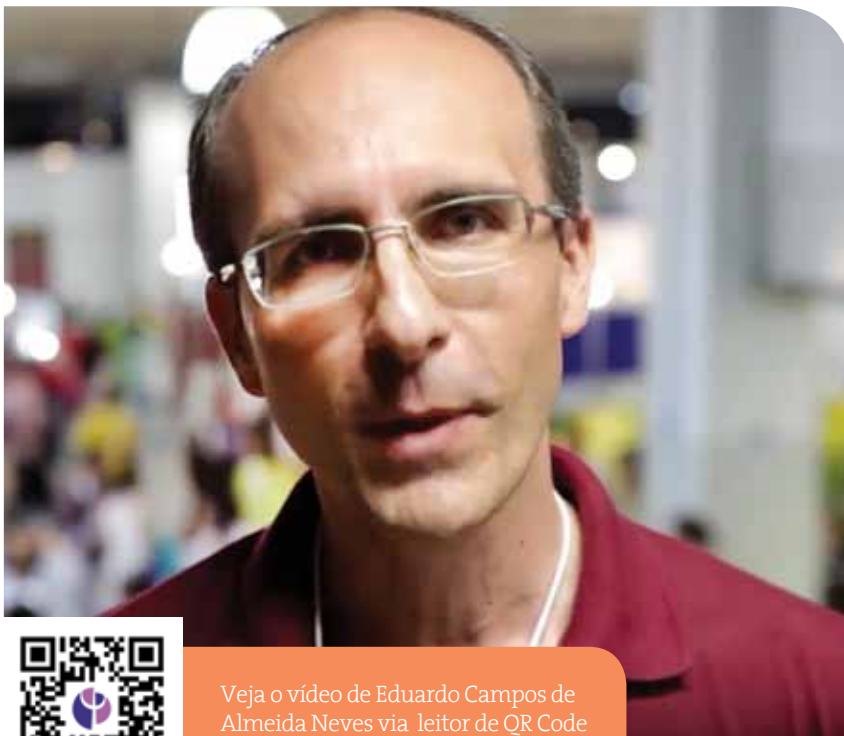
Em um caso em que atuou, segundo conta, uma criança foi colocada em acolhimento provisório em uma instituição pelo Juiz da Infância como medida de proteção por estar sendo negligenciada pela mãe, que era usuária de drogas ilícitas. “Com a determinação pela perícia psicológica, realizamos a interação lúdica com a criança, a visita à instituição e reuniões com os profissionais da entidade de acolhimento e da rede. Em outro momento, entrevistamos a mãe buscando avaliar suas condições de exercer sua maternagem (cuidados desse filho). Com a avaliação, indicamos a guarda provisória à avó materna. Contudo, o Código Civil diz que o juiz não está adstrito ao laudo peri-

cial’, o que significa que o relatório de estudo psicológico é uma referência, um dos recursos que o magistrado utiliza para formar seu convencimento acerca de um caso. Assim, o juiz é soberano para acatar ou não as sugestões. Felizmente, tenho a felicidade de trabalhar com um juiz que sempre se mostrou acessível, aberto ao diálogo e, neste caso, decidiu com base em minhas indicações”, diz ele.

Em 2013, Eduardo Neves foi eleito para compor a atual diretoria da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (AASPTJ-SP). Na entidade, seu foco é a defesa dos interesses desses profissionais do Judiciário. “O trabalho das equipes técnicas do TJ-SP compreende alto grau de estresse. O volume de processos encaminhados para os psicólogos e assistentes sociais é elevado e, frequentemente, com prazos exíguos.” Segundo relata, as demandas das crianças e adolescentes frequentemente acarretam nos profissionais sentimentos de impotência e sofrimento ético-político, por atuarem em questões de alta complexidade.

“Outra questão relevante é a defesa de nossa autonomia pela não participação de psicólogos e assistentes sociais no chamado Depoimento Especial de crianças vítimas de violência e exploração sexual. Neste procedimento, o psicólogo faz inquirição de vítimas cujo depoimento é gravado e acompanhado por circuito fechado de TV por juiz, promotor, defensor e réu, que assistem em outra sala. Esta metodologia é controversa do ponto de vista científico, além de revitimizante, havendo diversos pareceres técnicos contrários de renomados pesquisadores da temática por ser voltado para a produção de prova em Vara Criminal tão somente para a responsabilização do agressor e não para a proteção da criança vítima, a quem é imposto o ônus da prova.”

Eduardo lembra, ainda, a conquista das 30 horas das/dos psicólogas/os do TJ-SP. “Foi uma grande vitória da resistência, da defesa de nossos direitos profissionais por trabalho protegido e digno, assim como da luta contra a terceirização”, afirma. 🌱



Veja o vídeo de Eduardo Campos de Almeida Neves via leitor de QR Code ou clicando com o mouse na foto. 📺

Eduardo Neves atua no Tribunal de Justiça, em Presidente Prudente

Saber ouvir e dizer a palavra certa

Dentro de uma instituição ou fora dela, os processos de orientação e aconselhamento demandam iniciativa e criatividade, como retratam os trabalhos desenvolvidos por Maria Celina Trevizan Costa, em Votuporanga, e Ricardo José Hernandes, em Ourinhos



Alunos de Psicologia e de outras graduações atuam em projetos comunitários coordenados pela profa. Maria Celina (à dir.)

Combate ao tabagismo, prevenção do câncer de mama, de próstata, de doenças sexualmente transmissíveis e da Aids. Quem trabalha na área de Saúde sabe como é difícil conseguir a adesão das pessoas em questões como essas. Foi esse o desafio que a psicóloga Maria Celina Trevizan Costa decidiu abraçar junto com seus

alunos do Centro Universitário de Votuporanga (Unifev), no interior de São Paulo. Há dois anos eles criaram o projeto Prevenção, Promoção e Reabilitação em Saúde (PPR), que consiste na realização de diversas ações “extramuros” nas principais datas que constam do calendário do Ministério da Saúde. Segundo Maria Celina, o objetivo não é apenas

levar informações às pessoas, mas também empoderá-las para que assumam o protagonismo na busca de mais qualidade de vida.

Por meio dos processos de Orientação e Aconselhamento, a Psicologia assume um papel ativo no trabalho de prevenção de doenças. Por ter sido criado dentro da universidade, o projeto PPR também tem ▶

função educadora: a de integrar os estudantes de diversas graduações. Não apenas os alunos de cursos relacionados à Saúde se engajaram, como também os de Comunicação, Publicidade e Propaganda. “A ideia do projeto surgiu durante as aulas da disciplina de Psicologia Comunitária, que eu leciono. Já tínhamos feito outras atividades em campo, mas esse foi o primeiro programa que agregou alunos de outros cursos para incluir novos saberes”, explica a psicóloga, acrescentando que o grupo se reúne semanalmente para planejar os eventos. Segundo ela, além das ações baseadas no calendário do Ministério da Saúde, o grupo também é convidado por entidades locais para atuar em outras causas comunitárias. “Já estivemos presentes e ajudando em mobilizações para conscientizar sobre a violência contra crianças e adolescentes e também sobre os direitos dos idosos”, conta.

Segundo Maria Celina, a experiência é importante para que os alunos de Psicologia exercitem os processos de Orientação e Aconselhamento em situações que extrapolam os limites das instituições. A forma de agir nessas situações é bem diferente de quando se trabalha “intramuros”. Afinal, tudo muda nessas condições: o tempo que se tem para conversar com as pessoas, a maneira de abordá-las e as táticas de encaminhamento. “São diversas as estratégias utilizadas para sensibilização. Algumas vezes isso inclui uma apresentação de teatro, por exemplo. Outras ve-

“ São diversas as estratégias utilizadas para sensibilização. Algumas vezes isso inclui uma apresentação de teatro, por exemplo”

Maria Celina Trevizan Costa



Veja o vídeo de Maria Celina usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. ▶

Maria Celina Costa destaca as diferenças em ações intramuros e extramuros

zes elaboramos um questionário básico que as pessoas devem responder”, explica Maria Celina. Ela dá mais um exemplo: se o foco é o combate à hipertensão arterial, os alunos de Psicologia participam com aconselhamento, os de Nutrição contribuirão com avaliação de dieta e os de Enfermagem, medindo a pressão dos participantes.

De acordo com a psicóloga, é muito importante no processo de Orientação e Aconselhamento extramuros informar-se detalhadamente sobre os assuntos que serão tratados com as pessoas atendidas. Isso porque cada ação do grupo adota uma temática de Saúde diferente. “Não dá para cair no ‘achismo’. Não se pode correr o risco de falar algo sem embasamento científico. Nesses momentos é que vemos a importância de a/o psicóloga/o ter maturidade para buscar elementos e fazer pesquisas, preparando-se adequadamente para intervenções de caráter muito dinâmico. Dados estatísticos, notícias e estudos recentes ajudam a fundamentar o discurso”, diz ela. Estar bem preparado, nesse sentido, confere credibilidade

ao trabalho e ajuda a conquistar a adesão e a atenção das pessoas. As/os psicóloga/os que fazem orientação extramuros devem entender que, em geral, possuem apenas uma oportunidade – e de curta duração – para dar seu recado.

Formada há 29 anos pela Universidade Sagrado Coração de Jesus, em Bauru, Maria Celina diz que o projeto PPR tem sido envolvente tanto para ela quanto para os estudantes. “A prova disso é que temos casos de estudantes que, depois de formados, voltam para continuar ajudando no grupo”, afirma, lembrando ainda que em seus “tempos de faculdade” teve experiências comunitárias participando do Projeto Rondon.

Aconselhamento e oficinas

Em Ourinhos, o psicólogo Ricardo José Hernandes trabalha há oito anos atendendo aos 250 usuários do Centro de Atenção Psicossocial Dr. Paulo Correia dos Santos. Além desses acolhimentos, Ricardo realiza atendimentos individuais, terapias em grupo, aconselhamento a famílias, visitas domiciliares e coordena oficinas. “Os atendidos

no CAPS incluem pessoas com esquizofrenia, transtorno bipolar e neuroses graves, entre outras”, diz ele, que trabalha em uma equipe composta por outros dois psicólogos, além de profissionais de psiquiatria e de enfermagem.

Formado em 2003 pela Universidade de Marília (Unimar), ele teve experiências profissionais em outras áreas antes de integrar a equipe do CAPS. Trabalhou, ainda, no departamento de Recrutamento e Seleção de uma empresa do ramo de cervejaria na cidade de Londrina, no Paraná. Hernandez também fez parte da equipe de Equoterapia (método terapêutico e educacional que utiliza a equitação para desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo de pessoas com deficiência) da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ourinhos e atuou na ONG Núcleo de Apoio à Infância e Adolescência, além de atender em consultório próprio durante três anos.

“Depois de todas essas experiências, há 12 anos recebi um convite da Secretaria de Saúde da cidade para integrar a equipe do CAPS, que estava com poucos psicólogos.

Sempre estive envolvido com questões de saúde mental. Considero o trabalho muito gratificante, porque é algo que se faz em equipe”, diz ele. O processo de Aconselhamento e Orientação nesse espaço, conta, é uma ferramenta importantíssima para entender a história e as angústias dos usuários. “No CAPS isso ganha uma dimensão maior, porque trabalhamos com questões emocionais muito fortes. Há usuários que entraram em surto muito jovens e, hoje, já são senhores. Eles necessitam demais da nossa atenção”, diz Ricardo.

Para ele, um dos cuidados que as/os psicólogas/os devem ter ao aconselhar e orientar os pacientes é o de não adotar uma postura que infantilize a comunicação. “Eles requerem atenção, mas não é por isso que nossa fala precisa ser infantilizadora”, afirma.

Ricardo destaca ainda que ambos os processos precisam ter, necessariamente, um olhar multidisciplinar. “Para a orientação e tratamento contamos com a ajuda de uma psiquiatra, que prescreve as medicações quando necessário. Fazemos tam-

“Os atendidos no CAPS incluem pessoas com esquizofrenia, transtorno bipolar e neuroses graves, entre outras”

Ricardo José Hernandez

bém reuniões periódicas com a equipe – que inclui pessoal da área de enfermagem e outros profissionais – para discutir cada caso e o projeto terapêutico de cada um”, explica.

O psicólogo diz que as oficinas terapêuticas também cumprem papel fundamental no CAPS. Ele coordena uma oficina de culinária na qual os usuários preparam pratos como bolos e tortas para consumo no lanche da tarde. Há, ainda, uma oficina de produção de biscoitos de nata para geração de renda. Em parceria com o Fundo Social do município, os usuários saem para vender as bolachas. O lucro é revertido para a própria oficina. O Fundo Social colaborou fornecendo equipamentos industriais como forno e batedeira. “Para os usuários, produzir algo e ter sucesso nessa produção é muito positivo e muito terapêutico”, afirma.

Segundo Ricardo, os maiores desafios que ele encontra em seu trabalho se referem a entraves burocráticos e à falta de alguns recursos. “Por exemplo, não temos veículos próprios e muitos usuários têm dificuldades de locomoção e não conseguem chegar ao CAPS”, destaca. O psicólogo também se ressentido de uma maior interação com outros profissionais. “Sinto falta de uma maior troca de experiências, de informação. E uma troca que incluía também outros profissionais, como os assistentes sociais. Nós, psicólogos, deveríamos nos unir mais, ter um processo de acolhimento entre nós mesmos. Falamos tanto em acolher pacientes, mas não nos acolhemos entre nós.”



Veja o vídeo de Ricardo Hernandez usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. 📱

Ricardo Hernandez alerta contra infantilizar a comunicação na orientação

Quem sabe ouvir ajuda o outro a falar

Cássia, Carlos e Wellington atendem pessoas com questões como depressão, uso de drogas ilícitas e problemas respiratórios de ordem psicológica. Em consultório próprio, no serviço público e clínica particular. O processo de trabalho unifica essas diferenças

Em seu consultório no distrito de Souza, na Região Metropolitana de Campinas, a psicóloga Cássia Aparecida Bighetti atende pessoas com questões diversas. A depressão é uma das mais recorrentes e foi o tema de seu doutorado. Sua inserção na carreira combina a atuação clínica individual com a docência. “Desde a graduação, que concluí em 1993, meu foco é a terapia cognitivo comportamental. Comecei atendendo na Clínica da Universidade São Francisco, em Itatiba, quando cursava o mestrado. Foi onde me

formei e, hoje, coordeno o curso de Psicologia”, explica Cássia.

A pesquisa no doutorado proporcionou a ela ferramentas para aprofundar-se no tratamento da depressão e de pessoas com transtorno de humor. “Além de adultos, também trabalho com crianças que apresentam indícios de depressão infantil. Meu foco está na família: terapia individual de adultos, crianças, pais e casais.”

No caso dela, a atuação acadêmica é o espaço onde, no dia a dia, realiza a troca de conhecimentos, se atualiza e torna a rotina indi-

vidual no consultório o momento em que escolhe trabalhar sozinha.

Carlos Eduardo Cunha trabalha não muito distante dali: em Sumaré, cidade a apenas 41 km de distância. Mas seu ambiente profissional é totalmente diferente, marcado por práticas coletivas. Como único psicólogo da Secretaria Municipal de Saúde, ele atua no apoio em saúde mental da equipe de saúde, que é composta, ainda, por um médicos e enfermeiros. “Prestei concurso público e fui selecionado para trabalhar na cidade, que na época organizava o seu serviço de saúde mental”, conta.

Carlos passou cinco anos trabalhando na área de assistência à saúde até ser convidado a reorganizar os serviços, passando a atuar na gestão. “Uma das medidas foi desmembrar o ambulatório de especialidades médica, separando e fortalecendo o ambulatório de saúde mental”, explica. Segundo ele, foi uma época rica de debates sobre o tema no município, embalado pela Reforma Psiquiátrica e pela construção do Sistema Único de Saúde (SUS). Algum tempo depois, Sumaré criou seu CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).

Tecendo a rede

Paralelamente a isso, Carlos fez uma especialização em gestão de serviços de saúde. “No curso, de dois anos, se discutiu desde a filosofia do SUS a uma proposta gerencial de uma Unidade Básica de Saúde.” o viés de gestor se colou definitiva-



Veja o vídeo de Carlos Eduardo Cunha usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. 

Carlos Cunha entende e pratica a Psicologia como um fazer coletivo



Veja o vídeo de Wellington Passos usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. 

Wellington Passos se imaginava um psicólogo organizacional e virou clínico

mente em sua atuação como psicólogo. “Como apoiador, minha ação principal é trabalhar na confecção da teia que potencializa os serviços de saúde, atuando com os gestores das unidades de saúde e com os trabalhadores da saúde mental.”

Ele conta que sua visão da Psicologia, enquanto profissão que trabalha para diminuir o sofrimento psíquico das pessoas, está marcada por criar as condições para que esse serviço possa ser acessado universalmente – por quem pode pagar pelos serviços e por quem depende de que seja ofertado pelo setor público.


Sujeitos de direitos

Ao formar-se em 2013, após cursar administração, Wellington Passos se imaginava trilhando o caminho em que melhor poderia aproveitar seu conhecimento anterior: a Psicologia Organizacional. Em vez disso, foi atraído pela Psicologia Clínica, área em que cada vez mais reconhece uma habilidade nova: a de saber escutar as pessoas.

A mudança de prioridade não foi obra do acaso e sim sugestão de um amigo, dono de uma clínica de tratamento de doenças respiratórias, que

o convidou para usar uma sala em seu primeiro ano como psicólogo. “A clínica ofereceu a possibilidade de atendimento psicológico a quem tinha problemas respiratórios e esse serviço apurou que existia mais relação entre dificuldades de respiração e questões de fundo psicológico do que se poderia imaginar”, relata.

Quais eram essas questões? Para muitos fumantes, a atenção psicológica revelou que o cigarro era consequência e não causa de seus problemas de saúde, apesar de agravá-los. Se o tabaco levou à perda da capacidade respiratória, a necessidade de fumar passou a ser percebida como compensação para situações de ansiedade, angústia ou depressão. “Algumas pessoas entenderam que se resolverem essas questões terão mais chance de deixar o fumo”, diz.

Essas três experiências, tão diferentes entre si, não poderiam ser comparadas na análise da Psicologia sob a luz da classificação por áreas. Ao contrário. É no reconhecimento dessa diversidade que a Psicologia vislumbra novos caminhos de atuação. 



Veja o vídeo de Cássia Aparecida Bighetti usando o leitor de QR Code do celular/tablet ou clicando com o mouse na foto. 

Cássia Bighetti atua sozinha em consultório e cercada de gente, na universidade





Psicologia todo dia: onde e como você faz?



Envie um vídeo de até 1 minuto e 30 segundos contando. Elas/eles já mandaram. Use o leitor de QR Code do celular/tablet para assistir, ou clique aqui 



QR CODE

Esta edição inclui ícones de códigos de barra conhecidos como QR Codes (de Quick Response – resposta rápida), que permitem acessar conteúdos relacionados por meio da captura da imagem por aplicativos de celulares e tablets. Depois de instalar um

leitor de QR Codes em seu aparelho, basta “fotografar” a imagem com o app para ela automaticamente acessar a página na internet onde o depoimento das/dos psicólogas/os e estudantes entrevistados pela reportagem está disponível.

